



Resenhas

A comunidade que foi: resenha do livro *Being with the Dead*, de Hans Ruin

DOI:10.12957/ek.2023.77971

Pedro Igor Araújo¹

Universidade Federal de Santa Maria

pedroigaraujo27@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0004-3598-0632>

RESENHA DO LIVRO:

RUIN, H. *Being with the Dead: Burial, Ancestral Politics, and the Roots of Historical Consciousness*. Stanford, California: Stanford University Press, 2018.

Na tragédia de Sófocles, *Antígona*, Creonte, rei de Tebas, proíbe as honras fúnebres a seu sobrinho Polínice e condena seu cadáver à putrefação em público como punição por aquilo que considerava uma traição contra a pátria. Antígona, irmã de Polínice, desafia a ordem do tio e provê um funeral para seu irmão. Antígona é condenada à morte em virtude de sua decisão. Sua disposição ao sacrifício em nome do tratamento apropriado para com o corpo do irmão evidencia o estatuto problemático de nossas relações com os mortos. De modo eminente, a narrativa de Sófocles revela o abismo instaurado entre as regras de que dispomos na constituição de comunidades propriamente ordenadas e a condição enigmática de um indivíduo que, mesmo ausente, é capaz de mobilizar a ruptura daquela mesma ordem.

Em seu último livro, *Being with the dead: Burial, Ancestral Politics, and the Roots of Historical Consciousness*, Hans Ruin ocupa-se com uma investigação desta complexa relação. Em um empreendimento teórico reconhecidamente ambicioso, Ruin trata de examinar a estrutura intencional de nossos comportamentos direcionados aos mortos a partir de um quadro fenomenológico apto a capturar elementos transculturais presentes entre distintos episódios e figuras fúnebres. Se o caso de Antígona exemplifica de modo privilegiado a problemática do livro, é a partir de uma consideração breve e significativa

¹ Graduado e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente, está cursando o doutorado na mesma instituição.

oferecida por Martin Heidegger no parágrafo 47 de *Ser e tempo* que o autor concentra a articulação de sua proposta central. Ao discutir de que maneira a morte de outros é capaz ou não de determinar a compreensão da própria morte, Heidegger admite um modo singular de tratamento dos finados, o ser-com-os-mortos (*Mitsein mit dem Toten*). O cadáver resultante da morte de outro Dasein não se manifesta como mero objeto à disposição, mas marca uma *transição* (*Umschlag*) entre Dasein e não-mais-Dasein; o finado abandona nosso *mundo* e se torna patente, precisamente, por meio de uma relação negativa. Por sua vez, este modo único de habitar mundo é concretizado por meio de rituais, funerais, construção de tumbas e reverência a lápides. Com base na observação preliminar do fenômeno oferecida por Heidegger, Ruin desenvolve uma análise detida dos componentes intencionais do ser-com-os-mortos em sua articulação com as dimensões histórica, antropológica e política associadas às dinâmicas mortuárias. O autor assume a tarefa de demonstrar de que modo a forma de sociabilidade peculiar examinada no livro guarda um potencial decisivo no tratamento de questões fundamentais sobre os limites de nossa capacidade de fazer sentido e posicionar-se em relação ao passado.

No primeiro capítulo do livro, *Thinking after life: Historicity and having-been*, Ruin ocupa-se com questões metodológicas e metafísicas que circundam a elaboração de uma investigação *fenomenológica* das relações entre vivos e mortos que seja capaz de abordar sua natureza histórica. Em primeiro lugar, o autor recupera um questionamento levantado por Jan Patočka referente à possibilidade de desenvolver uma investigação fenomenológica (não metafísica, portanto) da vida após a morte. A dificuldade apontada por Patočka diz respeito às restrições fundamentais que caracterizam e viabilizam uma descrição genuinamente fenomenológica: na medida em que os mortos não se encontram mais presentes em nosso *mundo*, como tornar inteligível sua ausência sem recorrer a um aparato conceitual comprometido com construções semânticas que distorcem ou extrapolam os fenômenos examinados?

Ruin destaca de que modo essa mesma dificuldade encontra ressonância com o programa investigativo levantado por Jacques Derrida sob o título de *hantologia*. Segundo Ruin, a invocação de *fantasmas* por parte de Derrida atende à necessidade de articular como os princípios que regulam o trabalho fenomenológico podem operar quando defrontados com fenômenos que limitam e impõem, paradoxalmente, a extensão do escopo daquilo que pode ser acessado pela fenomenologia. O caso explorado por

Derrida, o luto, é sintomático desta condição na medida em que se manifesta como a síntese entre uma estrutura fundamentalmente intersubjetiva e a ausência do outro por quem o sujeito encontra-se enlutado. Se, como apontaram já Edmund Husserl e Alfred Schütz, os objetos de investigação da fenomenologia admitem um momento intersubjetivo enquanto constitutivo de sua identidade, então a relevância de uma descrição do luto não se encerra na investigação de suas estruturas intencionais, mas envolve, igualmente, a complexificação metodológica implicada por um objeto cuja marca distintiva é sua ausência. A figura do fantasma surge, nesse contexto, como a chave que permite acessar um domínio de significado marcado pelas restrições e pelo questionamento radical da própria estratégia teórica adotada. O estatuto ontológico complexo do fantasma é devido à sua natureza referencial ambígua, que não se deixa capturar por soluções semânticas modeladas a partir da identificação de referentes atuais, e à consequente vinculação problemática experimentada no luto: como pensar uma estrutura agentiva condicionada pelas determinações de alguém que não se encontra mais entre nós?

A fim de explorar o campo aberto pelo projeto de uma hantologia e de elencar possíveis rupturas e continuidades, Ruin recorre às já mencionadas considerações heideggerianas relativas ao ser-com-os-mortos. É possível afirmar que, a despeito de seu caráter promissor enquanto uma via investigativa legítima da intencionalidade fúnebre, a hantologia detém compromissos teóricos que ameaçam o cumprimento bem-sucedido de suas pretensões filosóficas. Inicialmente, Ruin destaca a influência levinasiana na compreensão de Derrida sobre a estrutura da alteridade em sua admissão do infinito como fenômeno primordial que circunscreve não somente a compreensão da intersubjetividade *simpliciter*, mas também a sua dimensão negativa, manifestada na morte de outrem. Para o autor, essa opção incorre em uma transgressão indesejada do campo fenomenológico, uma vez que se fundamenta sobre a experiência de um infinito cuja evidência não se encontra adequadamente explicitada mesmo a partir dos recursos conceituais sugeridos pelos autores.

Como uma correção àquilo que entende ser um problema estrutural, mas não uma deficiência crítica, Ruin recupera a supracitada observação heideggeriana. O autor (a) responde às objeções de Derrida e Lévinas relativas à suposta precariedade que a função da morte do outro assume na analítica existencial e (b) demonstra de que modo a

exposição heideggeriana do fenômeno da historicidade é dependente do reconhecimento desta mesma função como primordial para o modo de ser do Dasein. No que diz respeito ao primeiro ponto, Ruin argumenta como somente através da articulação da finitude humana, entendida enquanto estrutura originária da experiência significativa, podemos predicar dos outros a mesma finitude analogamente. É aquilo que permite desenvolver o significado que a morte dos outros adquire dentro de nossos horizontes de sentido de modo fenomenologicamente acertado.

Relativamente ao segundo ponto elencado, uma possível resolução de um dilema que perpassa a análise de Heidegger do fenômeno da historicidade é esboçada ao final do capítulo. No dilema em questão, deparamo-nos com a necessidade de conciliar, por um lado, o caráter formal do todo estrutural do Dasein, compreendido fundamentalmente como poder-ser (*Seinkönnen*), e, por outro lado, a necessidade de determinar-se a partir de possibilidades contingentes herdadas de uma tradição particular. Ruin examina de que modo a apropriação autêntica de possibilidades que caracteriza a relação genuína do Dasein com seu passado, o ter-sido (*Gewesenheit*), pode ser analisada tendo em vista o componente intersubjetivo integrante do ser-com-os-mortos. Na medida em que a finitude dos outros alcança sua radicalidade no não-mais-Dasein, a indeterminação da projeção em possibilidades herdadas por meio de uma tradição específica encontra sua explicação: o reconhecimento adequado da finitude dos mortos - isto é, do modo com que sua ausência é determinante da compreensão e apropriação das possibilidades de que o Dasein dispõe - implica uma *resposta* ao seu chamado destituída de qualquer orientação normativa prévia. Aqui, abertura e determinação encontram uma configuração peculiar. Esta finitude partilhada, abismo da historicidade humana, constitui, ademais, o núcleo teórico por meio do qual Ruin conduz suas análises posteriores nos momentos seguintes do livro. Se o autor não se declara como continuador direto de um programa hantológico, suas reconstruções configuram, entretanto, uma clara contribuição ao espírito investigativo circunscrito por este último.

De posse da fundamentação proposta e das distinções mapeadas no primeiro capítulo, Ruin parte para uma apresentação detalhada de elementos sociológicos, arqueológicos e históricos envolvidos na reflexão sobre a natureza das práticas mortuárias. No segundo capítulo, *Thanatologies: On the Social Meaning of Burial*, o autor desenvolve uma reconstrução de contribuições provindas da sociologia relativas à

estrutura e significado das práticas de sepultamento. Ruin destaca o trabalho do sociólogo Robert Herz, que, em sua obra *Contribution à une étude sur la représentation collective de la mort*, publicada em 1907, ofereceu diretrizes centrais para o estudo e identificação de elementos estruturais do sepultamento entre comunidades humanas variadas. A partir de relatos etnográficos colhidos sobre os Dayaks, Herz esboça uma reflexão sobre as representações coletivas da morte e propõe a categoria de *sepultamento duplo*. Segundo o autor, podemos testemunhar, entre distintas organizações sociais, procedimentos análogos de sepultamento que envolvem ao menos dois momentos definitivos. Em primeiro lugar, há a atenção para o tratamento dos novos cadáveres por meio de técnicas de higienização, cremação, mumificação e enterro. Esse primeiro sepultamento, de caráter reconhecidamente *material*, é seguido por um segundo tipo, que pode ser designado como *espiritual*.

O segundo sepultamento diz respeito ao cuidado com a alma e compreende os rituais que devem garantir um registro bem-sucedido dos mortos na memória daquela comunidade. Herz sustenta a diversidade de formas que esses procedimentos podem assumir, além de sua notável conexão com os elementos de cunho religioso presentes nas sociedades examinadas. O autor destaca de que modo esse procedimento duplo de sepultamento é responsável por garantir a *unidade* social na medida em que restaura a comunidade que foi danificada a partir da perda de algum de seus membros e do consequente confronto com aquilo que Herz designa como *o fato da morte*. Por sua vez, Ruin inscreve as observações de Herz no quadro de sua investigação das estruturas fundamentais da relação com os mortos. Apesar de não constituírem um exercício especulativo centrado na identificação de aspectos *necessários* das práticas mortuárias, as considerações do sociólogo permitem entrever de que maneira as comunidades humanas configuram suas práticas visando não somente seus membros vivos, mas também os mortos, de maneira que podemos atribuir aos últimos uma forma de agentividade peculiar. Ademais, ainda que nas análises de Herz a *vida* constitua o conceito fundamental responsável por conferir inteligibilidade aos casos examinados, o cuidado manifestado no sepultamento evidencia uma forma de vulnerabilidade partilhada entre vivos e mortos. Segundo Ruin, essa vulnerabilidade conecta-se com a estrutura do ser-com em suas dimensões de *herança e história* (2018, p. 61).

Já no terceiro capítulo, *Ancestrality: Ghosts, Forefathers and Other Dead*, Ruin procede a uma investigação do fenômeno da *ancestralidade* e das práticas de reverência às figuras do passado. Este capítulo concentra dois objetivos principais: o primeiro deles é um exame do papel que a noção de *adoração ancestral* cumpre dentro das economias do espírito propostas por teorias do desenvolvimento cultural humano; o segundo objetivo é demonstrar de que forma as ciências históricas, não obstante sua tentativa de demarcação clara, são fundadas sobre atitudes estruturalmente equivalentes àquelas obtidas na adoração religiosa dos antepassados. Ruin declara, de modo explícito, o compromisso com uma tentativa de historicizar as análises anteriores da adoração ancestral a fim de localizar um núcleo de sentido comum. Para esse propósito, o autor decide transpor o fenômeno de um horizonte interpretativo que o identifica como originalmente religioso para um quadro investigativo apto a inseri-lo em um domínio relativo à ontologia e política do ser-com-os-mortos. Com comentários centrados, sobretudo, em Hegel e Freud e as associações instituídas pelos autores entre a adoração dos ancestrais e um período de caráter pré-civilizacional, Ruin localiza não apenas problemas de ordem metodológica e epistêmica originados daquela conexão, mas, também, o reforço de uma concepção da história humana com ressonâncias colonialistas. Ao fim do capítulo, o modo com que a construção da *consciência histórica* encontra-se fundamentada na dinâmica mortuária verificada em episódios de reverência aos ancestrais é articulado. Ruin sustenta que o reconhecimento desta origem é um passo decisivo na tematização adequada do ser-com-os-mortos.

No quarto capítulo, *Necropolitics: Contested Communities and Remains of The Dead*, a dimensão política envolvida na comunidade com os mortos a partir da noção de *necropolítica* é elaborada. É importante salientar, entretanto, que o sentido do termo *necropolítica*, neste contexto, é distinto daquele empregado por Achille Mbembe (2003). Na acepção proposta por Ruin, a *necropolítica* compõe o conjunto de disputas sobre o significado dos mortos e sobre as estratégias de coordenação das práticas funerárias que regulam a comunidade entre vivos e mortos.

Neste capítulo, o autor desafia aquilo que declara ser uma versão da fórmula weberiana do desencantamento do mundo determinante dos limites da teorização e reflexão dos *efeitos* dos mortos entre os vivos. No intuito de estabelecer o ser-com-os-mortos como uma categoria ontológica, social e hermenêutica independente de qualquer

programa de reencantamento do mundo, o capítulo contém um exame da fenomenologia do *mundo dos antepassados*, esboçada por Alfred Schütz. Baseado nas indicações de Schütz, mas, ao mesmo tempo, em uma tentativa de aprofundá-las, Ruin oferece uma aproximação frutífera com a sociologia weberiana, além de direções possíveis para trabalhos posteriores. A solução fenomenológica permite conceitualizar a natureza da participação dos mortos nas comunidades dos vivos sem ter de recorrer, por exemplo, a propostas de caráter animista que apelam para formas de causalidade misteriosas. Nesse sentido, a sociabilidade que envolve os antepassados passa a ser explicitada como um domínio fundamentalmente normativo da condição humana. A noção de necropolítica viabiliza e amplia a compreensão do ser-com-os-mortos como constituído enquanto resposta ao apelo dos antepassados. A questão central, como aponta Ruin, diz respeito “a como pensar o que significa que uma sociedade consista não apenas de seus vivos, mas também dos não-mais-viventes e dos ainda-não-nascidos” (2018, p. 97).

Diferentemente dos capítulos anteriores, que destacam a ontologia e a estrutura da comunidade entre vivos e mortos, os capítulos seguintes do livro concentram-se em aspectos das práticas funerárias que podem ser classificados como *objetuais*. No quinto capítulo, *Ossuary Hermeneutics: The Necropolitical Sites of Archaeology*, Ruin examina o significado do túmulo enquanto um meio e símbolo privilegiado para análise do exercício necropolítico. Como sugere no início do texto, “a cova é um lugar metafísico” (Ruin, 2018, p. 112). A ênfase do autor recai, nesse sentido, sobre elementos arqueológicos e antropológicos que perpassam a vida dos seres humanos com seus túmulos. E, de modo semelhante à argumentação conduzida nos capítulos anteriores, as considerações do autor permitem uma reflexão que não se encerra na descrição da interação dos agentes entre si e com seus objetos, mas demonstra, do mesmo modo, como a complexidade do fenômeno motiva revisões dos próprios quadros interpretativos empregados. Ruin ressalta o modo com que a materialidade dos túmulos condiciona e circunscreve as possibilidades epistêmicas e agentivas em jogo no ser-com-os-mortos.

O capítulo contém três exemplos que evidenciam de que modo os túmulos constituem um *locus* determinante das possíveis tensões éticas que atingem a comunidade com os mortos. No primeiro exemplo, a atenção é concedida às discussões correntes sobre a origem do sepultamento. Ruin apresenta os dilemas relativos à construção de uma explicação genealógico-evolutiva bem-sucedida do significado do sepultamento para a

espécie humana. O caso do luto dos chimpanzés, examinado pelo primatologista Tetsuro Matsuzawa. (2003), onde a mãe chimpanzé carrega e preserva o corpo do filhote morto durante um período estendido de tempo, permite levantar a conjectura relativa à natureza de uma resposta *racional* ao fato da morte e, nesse sentido, distintamente humana. O segundo exemplo analisado por Ruin introduz algumas das discussões internas à arqueologia relativas aos limites metodológicos da conexão entre os traços materiais das covas estudadas por arqueólogos e a construção de seus esquemas explicativos e atribuição de sentido. Já no terceiro exemplo, o autor destaca o caso de uma escavação realizada no estado de Iowa, em 1971, onde o transporte e exposição dos restos mortais de uma mulher ameríndia desencadearam protestos e mobilização política por parte de associações integradas por povos originários, que exigiam, por sua vez, sua devolução ao local da cova. Essa movimentação influenciou o surgimento de iniciativas semelhantes em países como a Austrália e Groenlândia, onde a disputa em torno da retenção e exposição de ossos dos povos aborígenes e dos inuítes em museus passa a ser compreendida como parte decisiva da luta por direitos destes povos.

O sexto capítulo, *Visiting the Land of the Dead: History as Necromancy*, apresenta uma contribuição para a reflexão metodológica no campo da historiografia. Ruin examina, inicialmente, alguns dos *topoi* presentes na literatura clássica referentes à relação entre vivos e mortos e determinantes para a instituição de um gênero histórico. O autor articula como o Nekyia, o décimo primeiro canto da *Odisséia*, onde testemunhamos a figura do Odisseu e a sua invocação de Tirésias, pode ser compreendido como um exemplo fundador da sensibilidade própria e necessária à produção da imaginação histórica. Em seguida, propõe uma discussão crítica com a obra de Michel de Certeau baseada na apresentação deste último da figura do historiador como um tipo de *necromante*. Apesar da engenhosidade da formulação de Certeau, Ruin sustenta que o potencial de suas considerações pode ser melhor explorado se dispensarmos o arcabouço estruturalista de sua obra e admitirmos a configuração complexa da comunidade dos vivos e dos mortos explorada ao longo do livro. Nesse sentido, a historiografia pode ser metodologicamente aperfeiçoada se for capaz de conduzir o questionamento dos pressupostos necropolíticos que regulam suas investigações e as estruturas próprias de sua escrita.

No sétimo e último capítulo, *The Tomb of Metaphysics: Writing, Memory and the Arts of Survival*, em continuidade com as observações do capítulo anterior relativas à conexão entre a escrita historiográfica e seus fundamentos necropolíticos, Ruin aprofunda a discussão relativa às técnicas e práticas de imortalização que compõem o corpo das elaborações culturais humanas. Este capítulo constitui uma retomada de temas indicados no primeiro capítulo. Em uma discussão com a obra do egiptologista Jan Assmann (2005), Ruin examina e avalia as conexões entre a tecnologia da escrita e o estabelecimento de instituições culturais capazes de contornar a perecibilidade que afeta os membros das comunidades humanas. Por meio de uma alusão a um tema corrente na recepção da obra de Derrida, Assman sublinha a relação entre o signo e o túmulo, uma vez que este último exemplifica os paradoxos entre os conceitos de presença e ausência de modo privilegiado. De modo análogo ao túmulo, o signo, que *está para algo*, torna presente um referente que se revela como ausente. É precisamente esta capacidade de retenção informacional, concedida pelas propriedades materiais da escrita, que torna o signo um meio promissor para empreendimentos com pretensões de imortalização.

Em uma decisão teórica que poderia ser considerada inusitada, Assmann examina a construção da memória cultural entre os povos do antigo Egito a partir de *textos* onde a própria possibilidade de transcendência oferecida pelos *media* da escrita é anunciada. Além disso, reclama uma perspectiva distinta sobre as relações entre mortalidade e imortalidade daquela encontrada em filosofias fundamentadas na finitude. Para o autor, a cultura mortuária egípcia oferece uma compreensão da morte imune aos impasses decorrentes da centralidade na finitude tendo em vista sua ênfase na partilha de mundo com os mortos e na continuidade da participação dos indivíduos em um domínio extracorporal como um elemento social nuclear. Para Ruin, entretanto, o modelo adotado por Assmann incorre em problemas semelhantes àqueles apontados no primeiro capítulo a respeito da decisão pela finitude ou pelo infinito como estrutura fundamental do ser-com-os-mortos. O autor propõe, nesse sentido, a posição de uma noção de finitude partilhada entre vivos e mortos no domínio da materialidade das tecnologias da imortalidade. Essa solução permitiria pensar a construção da memória cultural de uma comunidade por meio da articulação conceitual de suas bases técnicas sem o compromisso com consequências teóricas identificadas na proposta de Assmann.

O livro de Ruin oferece uma reflexão estimulante sobre o fenômeno da ancestralidade, além de uma revisão robusta das conclusões de diversos campos das ciências mortuárias. O trabalho promete (a) a continuação de programas de investigação, (b) o aperfeiçoamento de ferramentas conceituais para acessar e articular fenômenos do passado e (c) direções para pensar a natureza das relações que constituem o domínio da necropolítica. Poderíamos incorporar suas contribuições à construção de uma ontologia dos espectros, com suas dificuldades próprias no que diz respeito às condições de identidade de fantasmas e de captura de referentes humanos mortos. Além disso, um estudo das tonalidades afetivas onde as estruturas do passado tornam-se manifestas de maneira acentuada, como a nostalgia ou o luto, pode encontrar recursos teóricos relevantes no exame da estrutura da sociabilidade com os mortos. A relevância filosófica do luto, por exemplo, foi sublinhada por outros lançamentos recentes de Matthew Ratcliffe (2022) e Jonathan Lear (2022). Nesse sentido, o trabalho conduzido por Ruin insere-se em um horizonte amplo e promissor.

Referências bibliográficas

- ASSMANN, J. *Death and Salvation in Ancient Egypt*. Trad.: D. Lorton. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2005.
- LEAR, J. *Imagining the End: Mourning and Ethical Life*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2022.
- MATSUZAWA, T. Jokro: The Death of an Infant Chimpanzee. *Kyoto Primate Research Institute*. Kyoto, 2003.
- MBEMBE, A. Necropolitics. *Public Culture*, [s.l.], v. 15, n. 01., p. 11-40, 2003.
- RATCLIFFE, M. *Grief Worlds: A Study of Emotional Experience*. Cambridge, MA: MIT Press, 2022.

Recebido em: 24/07/2023 | Aprovado em: 06/08/2023

